

ATA NÚMERO 019/XV/1.^a SL

Aos onze dias do mês de outubro de 2022, pelas 15:00 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Audição de entidades no âmbito da apreciação na especialidade de projetos de lei sobre ensino superior politécnico [[Projeto de Lei n.º 809/XIV/2.^a \(Cidadãos\)](#), [Projeto de Lei n.º 115/XV/1.^a \(PCP\)](#) e [Projeto de Lei n.º 125/XV/1.^a \(BE\)](#)]

- Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) – 15h00
- Secretário de Estado do Ensino Superior – 16h00

3. Aprovação de atas

- Reunião da Comissão de 27 de setembro de 2022

4. Comunicações do Presidente

4.1. Baixa de iniciativas

i. Projetos de Resolução – para apreciação na especialidade

- [Projeto de Resolução n.º 188/XV/1^a \(IL\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à revisão do modelo de financiamento dos Estabelecimentos do Ensino Superior
- [Projeto de Resolução n.º 189/XV/1^a \(IL\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à avaliação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior

ii. Projetos de Lei – para apreciação na generalidade

- [Projeto de Lei n.º 321/XV/1.ª \(CH\)](#) - Determina a universalidade da gratuidade dos manuais escolares para todos os alunos do ensino obrigatório.
- [Projeto de Lei n.º 333/XV/1.ª \(BE\)](#) - Complemento Extraordinário das Bolsas de Ação Social do Ensino Superior
- [Projeto de Lei n.º 342/XV/1.ª \(PCP\)](#) - Reforça dos apoios ao alojamento no Ensino Superior
- [Projeto de Lei n.º 343/XV/1.ª \(CH\)](#) - Possibilita a tributação autónoma à taxa reduzida de 10% aplicável aos rendimentos relativos a contratos de alojamento celebrados com estudantes do ensino superior
- [Projeto de Lei n.º 340/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Criação de um complemento extraordinário às bolsas de estudo no ensino superior, aplicável ao ano lectivo de 2022/2023
- [Proposta de Lei n.º 37/XV/1.ª \(GOV\)](#) - Aprova a Lei das Grandes Opções para 2022-2026
- [Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª \(GOV\)](#) - Aprova o Orçamento do Estado para 2023

iii. Projetos de Resolução – para discussão na generalidade

- [Projeto de Resolução n.º 238/XV/1ª \(CH\)](#) - Recomenda ao Governo que estabeleça uma parceria com a Câmara Municipal de Lisboa no alargamento do Programa de Gratuidade de Passes em Transportes Públicos a todos os alunos do ensino superior deslocados.
- [Projeto de Resolução n.º 247/XV/1ª \(BE\)](#) - Apoio a estudantes e requisição de imóveis para alojamento estudantil.
- [Projeto de Resolução n.º 250/XV/1ª \(L\)](#) - Recomenda ao Governo a tomada de medidas urgentes de apoio ao alojamento de estudantes do ensino superior deslocados e de criação de residências universitárias em património subutilizado do Estado.

- [Projeto de Resolução n.º 254/XV/1ª \(CH\)](#) - Reforço de profissionais de Psicologia nos Estabelecimentos de Ensino.
- [Projeto de Resolução n.º 256/XV/1ª \(IL\)](#) - Recomenda ao Governo que acelere processos de construção de novas residências universitárias

4.2. Deliberação do GT de Apreciação dos 3 Projetos de Lei sobre o Ensino Superior Politécnico

5. Apresentação de pareceres

- [Projeto de Lei n.º 278/XV/1.ª \(BE\)](#) - Abolição das provas nacionais de 9.º ano de escolaridade.

6. Discussão e votação do requerimento do PSD para audição do Presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas e do Presidente da Associação Nacional de Diretores de Escolas sobre o atraso na devolução, pelo Governo, das receitas próprias dos estabelecimentos de ensino

7. Apreciação e votação do Plano de atividades do Grupo Trabalho – Acompanhamento do plano de recuperação das aprendizagens

8. Outros assuntos

9. Data das próximas reuniões

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de ordem do dia foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD e CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, PCP e BE.

2. Audição de entidades no âmbito da apreciação na especialidade de projetos de lei sobre ensino superior politécnico [[Projeto de Lei n.º 809/XIV/2.ª](#)]

[\(Cidadãos\), Projeto de Lei n.º 115/XV/1.ª \(PCP\) e Projeto de Lei n.º 125/XV/1.ª \(BE\)\]](#)

• **Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) – 15h00**

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas-vindas aos representantes do CRUP, recordando a respetiva grelha de tempos da audiência.

Explicou, ainda, que a Comissão havia constituído um Grupo de Trabalho para a apreciação na especialidade destas iniciativas, o qual tinha promovido a audição de diversas entidades relevantes bem como solicitado pedidos de contributos por escrito.

Os representantes do CRUP referiram o seguinte, em síntese:

1. As questões que deveriam estar em discussão para dar resposta aos problemas que o ensino superior (universidades, politécnicos e ensino não integrado) enfrenta são:
 - Melhoria da qualidade do sistema e das ofertas formativas;
 - Reforço do financiamento e da autonomia das instituições, aludindo a um recente relatório da OCDE que dá conta que Portugal é dos países que menos investe no ensino superior por aluno;
 - Regulação da rede de instituições para melhor responder às necessidades e especificidades dos territórios;
 - Desenvolvimento de espaços de colaboração e cooperação entre as instituições, criando sinergias e massa crítica, unindo instituições de pequena dimensão;
 - Maior preocupação com o apoio social e a sua abrangência, para a captação de públicos que não conseguem aceder ao ensino superior por insuficiência económica;
 - Alargar o acesso dos jovens que optaram pela via profissional ao ensino superior;
 - Garantir o acesso dos adultos à formação ao longo da vida;
 - Aprofundar a articulação entre o ensino e a investigação;
 - Valorizar a inovação pedagógica e a interação com a sociedade e com o tecido económico;

- Reforçar a internacionalização do ensino superior
2. Consideraram que as iniciativas em apreciação não respondem a nenhuma destas questões críticas que o ensino superior enfrenta;
3. Por fim, responderam às questões previamente remetidas pelo Grupo de Trabalho, referindo o seguinte, em síntese:
- As alterações legislativas em apreciação, parecendo cirúrgicas, estilhaçam o sistema binário, indo no sentido da uniformização do sistema, o que consideraram prejudicial;
 - Os sucessivos relatórios e recomendações da OCDE reafirmam a importância do sistema binário na organização do ensino superior em Portugal;
 - Uma alteração profunda no sistema não deve resultar de propostas avulsas;
 - A questão principal reside em saber, do ponto de vista do interesse público, o que se deve ser feito para desenvolver o ensino superior em Portugal;
 - A uniformização das designações e das missões de instituições diferentes e que construíram e consolidaram nos últimos 50 anos essas identidades tem um impacto negativo;
 - As ofertas de graus académicos e diplomas já são diferenciadas nos dois subsistemas, e que esta visão é partilhada pelas recomendações da OCDE;
 - Existe uma proliferação de doutoramentos sem massa crítica;
 - Num país com a dimensão de Portugal, três dezenas de universidades não contribuem para a qualidade do sistema;
 - O prestígio das instituições de ensino superior não depende do estatuto de universidade, referindo vários exemplos de instituições de excelência que não são universidades;
 - Devem adotar-se soluções indutoras da diversidade institucional à semelhança de outros países europeus;
 - A tendência para a uniformização não estimula a diversidade nem a colaboração entre as instituições, criando um vazio na oferta formativa e a alteração de designações dos institutos politécnicos para universidades é um passo nesta tendência;

- As alterações propostas suscitam alterações no estatuto da carreira docente e no decreto-lei de graus e diplomas que devem ser alvo de uma discussão alargada e atempada pois encontram-se desatualizados perante a realidade atual.

As respostas foram disponibilizadas e encontram-se publicadas na [página da audição](#), dispensando o seu desenvolvimento nesta sede.

Intervieram depois os Senhores Deputados Bruno Aragão (PS), António Topa Gomes (PSD) e Gabriel Mithá Ribeiro (CH).

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, os representantes do CRUP indicaram o seguinte, em síntese:

1. As questões colocadas pelos Senhores Deputados revelam a necessidade de um debate profundo sobre esta temática;
2. A redução da natalidade, a que se tem assistido, vai manter-se e atingirá o ensino superior nos próximos anos e que, por isso, haverá que refletir sobre a rede do ensino superior;
3. Se, por questões estratégicas, se considerar que a rede não é excessiva deve fazer-se um esforço para captar novos públicos, uma vez o país precisa de dar um salto que só é possível através do conhecimento e da diferenciação;
4. O aprofundamento do sistema binário, com uma oferta mais diversificada, permite a captação de mais estudantes, em particular, de públicos adultos;
5. Ainda que existam institutos de investigação sediados em politécnicos de elevada qualidade, em termos numéricos é nas universidades que existem mais institutos de investigação com a classificação de muito bom ou excelente;
6. Concordam com as recomendações da OCDE que afirmam que devem existir consórcios entre universidades, politécnicos e laboratórios de investigação para dar suporte aos programas doutorais;

7. É essencial para o posicionamento das instituições uma reflexão cuidada e global sobre o modelo do ensino superior, que tenha em consideração o conjunto de trabalhos europeus (análises recomendações) que existem sobre a matéria;
8. A crise do ensino superior é de ordem financeira, mas apesar disso o sistema de ensino superior português tem tido níveis de desempenho competitivos e tem conseguido posicionar-se bem nos rankings.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PSD), Coordenador do Grupo de Trabalho para a apreciação na especialidade destas iniciativas, pediu a palavra solicitando ao CRUP que pudesse pronunciar-se, posteriormente, por escrito, sobre o pedido formulado pelo GP do PSD, solicitando que o CRUP pudesse precisar que alterações poderiam corrigir os defeitos apontados no [Comunicado: Transformar politécnicos em universidades criará “universidades de primeira e de segunda”](#).

- **Secretário de Estado do Ensino Superior – 16h00**

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas-vindas ao Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior e recordou a respetiva grelha de tempos da audiência.

O Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior fez uma apresentação (disponível na [página da Audição](#)) e referiu o seguinte, em síntese:

1. A questão fundamental que se impõe é a de saber se estas iniciativas valorizam ou não o ensino politécnico e em que medida implicam alterações cirúrgicas ou substantivas do sistema;
2. Fez um enquadramento da realidade do ensino superior em Portugal, à luz da experiência internacional, uma vez que esta é frequentemente usada para justificar alterações ou evoluções no sistema português;
3. Nos últimos 50 anos assistiu-se a uma grande expansão do sistema português associado a um processo de diversificação que se traduziu no alargamento das oportunidades aos estudantes, no aumento da distribuição territorial, na diversificação das instituições, e nas ofertas de formação;

4. Aludiu às especificidades dos sistemas binários, nomeadamente à sua dinâmica mutável, bem como às diferenças substanciais entre universidades e politécnicos;
5. Referiu-se à evolução, ao longo do tempo, da valorização da investigação;
6. Deu exemplos da experiência de outros países europeus em relação a diferentes aspetos, sistema, designação, graus académicos;
7. Nos países que optaram pela uniformização do sistema, assistiu-se ao enfraquecimento da diferenciação;
8. Abordou em detalhe o exemplo da Noruega e o exemplo irlandês. Na Noruega está em curso um processo de integração do sistema, consolidando o sistema seja através de fusão de institutos politécnicos seja na integração de alguns em universidades; a Irlanda está a consolidar a rede de institutos tecnológicos.

Intervieram depois os Senhores Deputados Tiago Estevão Martins (PS), António Topa Gomes (PSD) e Gabriel Mithá Ribeiro (CH).

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, o Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior indicou o seguinte:

1. O sistema atual, assente na diferenciação foi muito importante para se terem alcançado os resultados de qualificação e sobretudo de alargamento de oportunidades para muitos estudantes que as não teriam se não houvesse uma rede distribuída pelo país, para a qual contribuíram as universidades e, particularmente, os politécnicos;
2. As opções que forem tomadas sobre esta matéria deverão ser pensadas à luz do que pode perdurar, uma vez que o atual sistema tem a mesma matriz há 50 anos;
3. A discussão sobre esta matéria deve ser ampla e congruente com outros instrumentos legais, de forma a evitar tensões e contradições, considerando haver oportunidade para uma reflexão amadurecida e o mais consensualizada possível;
4. As alterações propostas pelas iniciativas reforçam uma tendência a que se tem assistido de uniformização e de sobreposição de oferta;

5. Esta uniformização poderá abrir campo a que as universidades queiram atribuir também Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), sobretudo em regiões nas quais não existem institutos politécnicos;
6. Se todas as instituições oferecem o mesmo falar em sistema diversificado é ficção, não ajudando na consolidação do sistema binário;
7. A diversidade serve melhor o país, mas é necessário que o país se reveja e valorize este sistema;
8. Convergir para a mesma designação e aproximação de missões, uniformizando o sistema, cria maior competição no sistema e as instituições mais fortes e antigas e nas regiões mais fortes economicamente terão mais vantagem, pois têm mais recursos para competir internacionalmente e conseqüentemente maior capacidade de acesso aos fundos de investigação, agravando a fragilidade e fragmentação do sistema;
9. A aproximação do ensino vocacional de um perfil mais académico é de difícil articulação com o ensino secundário de cariz profissional, que foi sendo consolidado ao longo dos últimos anos, atualmente com mais de 40% dos estudantes a frequentar o setor vocacional;
10. Referiu-se aos custos que estas alterações irão implicar na despesa estrutural permanente com a contratação de mais docentes no ensino politécnico;
11. Com o reforço da cultura académica nos institutos politécnicos pode perder-se a ligação destas instituições ao meio, que tem sido fundamental na dinamização local (CTeSP, formação de adultos, transferência de conhecimentos, trabalho com as empresas);
12. Referiu-se às escolas superiores isoladas, as escolas de enfermagem não integradas (Porto, Coimbra e Lisboa) que têm vontade em integrar as universidades congéneres com doutoramentos conjuntos com aquelas instituições;
13. O país ganharia em ter universidades e politécnicos fortes, fiéis às suas matrizes e identidades.

3. Aprovação de atas

A ata da reunião da Comissão de 27 de setembro de 2022 foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD e CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, PCP e BE.

4. Comunicações do Presidente

4.1. Baixa de iniciativas

i. Projetos de Resolução – para apreciação na especialidade

O Senhor Presidente informou que as seguintes iniciativas:

- [Projeto de Resolução n.º 188/XV/1ª \(IL\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à revisão do modelo de financiamento dos Estabelecimentos do Ensino Superior;
- [Projeto de Resolução n.º 189/XV/1ª \(IL\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à avaliação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior

aprovadas na generalidade a 7 de outubro, tinham baixado à Comissão, no mesmo dia para apreciação na especialidade, dando nota que a IL propôs apresentar uma proposta de texto final para uma resolução com dois pontos, um para a revisão do modelo de financiamento e outro para a avaliação do RJIES, de forma a ser votado na especialidade na reunião de 19 de outubro.

ii. Projetos de Lei – para apreciação na generalidade

Prestou depois informação sobre as iniciativas que tinham baixado à Comissão, referidas abaixo, solicitando a indicação dos Deputados Relatores. Os Grupos Parlamentares ficaram de prestar essa informação posteriormente.

- [Projeto de Lei n.º 321/XV/1ª \(CH\)](#) - Determina a universalidade da gratuidade dos manuais escolares para todos os alunos do ensino obrigatório.

✓ Baixou à 8.ª Comissão em 27/09/2022

- ✓ **Deputado relator: (PCP)**
- ✓ Apreciação do parecer em 19/10/2022

- **Projeto de Lei n.º 333/XV/1.ª (BE)** - Complemento Extraordinário das Bolsas de Ação Social do Ensino Superior
 - ✓ Baixou à 8.ª Comissão em 30/09/2022
 - ✓ **Arrastado para a reunião plenária de dia 20/10/2022**
 - ✓ **Deputado relator: (IL)**
 - ✓ Apreciação do parecer em 19/10/2022

- **Projeto de Lei n.º 342/XV/1.ª (PCP)** - Reforça dos apoios ao alojamento no Ensino Superior
 - ✓ Baixou à 8.ª Comissão em 04/10/2022
 - ✓ **Arrastado para a reunião plenária de dia 20/10/2022**
 - ✓ **Deputado relator: (PS)**
 - ✓ Apreciação do parecer em 19/10/2022

- **Projeto de Lei n.º 343/XV/1.ª (CH)** - Possibilita a tributação autónoma à taxa reduzida de 10% aplicável aos rendimentos relativos a contratos de alojamento celebrados com estudantes do ensino superior
 - ✓ Baixou à 5.ª Comissão em 04/10/2022 – Comissão competente
 - ✓ Conexão com a 6.ª e a 8.ª Comissão
 - ✓ **Arrastado para a reunião plenária de dia 20/10/2022**

- **Projeto de Lei n.º 340/XV/1.ª (PAN)** - Criação de um complemento extraordinário às bolsas de estudo no ensino superior, aplicável ao ano lectivo de 2022/2023
 - ✓ Baixou à 8.ª Comissão em 04/10/2022
 - ✓ **Arrastado para a reunião plenária de dia 20/10/2022**
 - ✓ **Deputado relator: (BE)**
 - ✓ Apreciação do parecer em 19/10/2022

- **Proposta de Lei n.º 37/XV/1.ª (GOV)** - Aprova a Lei das Grandes Opções para 2022-2026
 - ✓ Baixou à 8.ª Comissão em 10/10/2022

- ✓ **Deputado relator: (PCP)**
- ✓ Apreciação do parecer em 25/10/2022

- **Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª (GOV)** - Aprova o Orçamento do Estado para 2023
 - ✓ Baixou à 8.ª Comissão em 10/10/2022
 - ✓ **Deputado relator: (BE)**
 - ✓ Apreciação do parecer em 25/10/2022

iii. **Projetos de Resolução – para discussão na generalidade**

Neste ponto o Senhor Presidente informou que os projetos de resolução, referidos abaixo, tinham baixado à Comissão na generalidade e que seriam discutidos em Plenário.

- **Projeto de Resolução n.º 238/XV/1ª (CH)** - Recomenda ao Governo que estabeleça uma parceria com a Câmara Municipal de Lisboa no alargamento do Programa de Gratuitidade de Passes em Transportes Públicos a todos os alunos do ensino superior deslocados.
 - ✓ Baixou à Comissão em 27/09/2022

- **Projeto de Resolução n.º 247/XV/1ª (BE)** - Apoio a estudantes e requisição de imóveis para alojamento estudantil.
 - ✓ Baixou à Comissão em 28/09/2022
 - ✓ Conexão com a 6.ª Comissão

- **Projeto de Resolução n.º 250/XV/1ª (L)** - Recomenda ao Governo a tomada de medidas urgentes de apoio ao alojamento de estudantes do ensino superior deslocados e de criação de residências universitárias em património subutilizado do Estado.
 - ✓ Baixou à Comissão em 29/09/2022
 - ✓ Conexão com a 6.ª Comissão

- **Projeto de Resolução n.º 254/XV/1ª (CH)** - Reforço de profissionais de Psicologia nos Estabelecimentos de Ensino.

✓ Baixou à Comissão em 29/09/2022

- [Projeto de Resolução n.º 256/XV/1ª \(IL\)](#) - Recomenda ao Governo que acelere processos de construção de novas residências universitária

✓ Baixou à Comissão em 30/09/2022

✓ Conexão com a 6.ª Comissão

4.2. Deliberação do GT de Apreciação dos 3 Projetos de Lei sobre o Ensino Superior Politécnico

O Senhor Presidente informou que foram dirigidos ofícios às entidades definidas pelo GT, para remeterem contributos sobre os Projetos de Lei e disponibilizada a aplicação na [página da Comissão](#).

Deu ainda nota que no plenário da Comissão seriam ainda ouvidos os peritos da OCDE (aguardando-se confirmação para o dia 19 de outubro) e o CCISP (aguardando-se a confirmação para o dia 25 de outubro). Em relação às entidades a serem ouvidas no âmbito do GT informou serem as seguintes: A3ES, FCT, APESP, FNAEESP, FENPROF, FNE, SNESUP e 13 peritos.

5. Apresentação de pareceres

O Senhor Deputado António Cunha (PSD) apresentou o seu parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 278/XV/1.ª \(BE\)](#) - **Abolição das provas nacionais de 9.º ano de escolaridade**. Colocado à votação o parecer foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD e CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, PCP e BE.

6. Discussão e votação do requerimento do PSD para audição do Presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas e do Presidente da Associação Nacional de Diretores de Escolas sobre o atraso na devolução, pelo Governo, das receitas próprias dos estabelecimentos de ensino

Este ponto foi adiado a pedido do Grupo Parlamentar do PS.

7. Apreciação e votação do Plano de atividades do Grupo Trabalho – Acompanhamento do plano de recuperação das aprendizagens

Neste ponto o Senhor Presidente deu a palavra à Coordenadora do Grupo Trabalho – Acompanhamento do plano de recuperação das aprendizagens, Deputada Cláudia André (PSD), que informou que o plano deste GT havia sido elaborado em conjunto por todos os GP. Colocado à votação o plano de atividades foi por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD e CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, PCP e BE.

O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) interveio neste ponto, sugerindo que, uma vez que o Plano de Atividades deste Grupo de Trabalho integra algumas entidades que tradicionalmente são ouvidas em plenário da Comissão nomeadamente, o Conselho Nacional de Educação (CNE), Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP), Associação Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE), Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), Federação Nacional dos Professores (FENPROF) e Federação Nacional de Educação (FNE), se pudesse debater previamente o agendamento das audições a essas entidades, por forma a permitir uma discussão mais partilhada, tal como tem sido a prática adotada no [Grupo de Trabalho- Apreciação na Especialidade dos Projetos de Lei do Ensino Superior Politécnico](#), bem como o procedimento seguido na anterior legislatura, não descentralizando as funções do plenário da Comissão para os Grupos de Trabalho.

8. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

9. Data das próximas reuniões

Em relação aos trabalhos futuros da Comissão, atendendo ao agendamento das Jornadas Parlamentares do PSD, nos dias 17 e 18 de outubro, a reunião da Comissão

realizar-se-ia no dia o dia 19 de outubro, quarta-feira, às 10:00, na qual na qual se previa a audição dos peritos da OCDE no âmbito da apreciação na especialidade dos projetos de lei sobre ensino superior politécnico e que nesse dia após plenário (previsivelmente pelas 18h) teria lugar o Café de Ciência com o tema «Emergência Climática: o carteiro não toca duas vezes». Por fim a seguinte reunião da Comissão teria lugar no dia 25 de outubro, terça-feira, pelas 15:00.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17h22, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de outubro de 2022.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa (PS)
Alexandre Quintanilha (PS)
Ana Isabel Santos (PS)
Bruno Aragão (PS)
Catarina Lobo (PS)
Eduardo Alves (PS)
Fernando José (PS)
Lúcia Araújo Da Silva (PS)
Porfírio Silva (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Tiago Estevão Martins (PS)
António Cunha (PSD)
Cláudia André (PSD)
Inês Barroso (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Maria Emília Apolinário (PSD)
Rui Cruz (PSD)
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)
Maria João Castro (PS)
Pompeu Martins (PS)
António Topa Gomes (PSD)
Carla Madureira (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Sónia Ramos (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Palmira Maciel (PS)
Germana Rocha (PSD)
Carla Castro (IL)
Alfredo Maia (PCP)
Joana Mortágua (BE)
Carla Sousa (PS)
Isabel Guerreiro (PS)